



A SUA EXCELÊNCIA  
O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

*S/143/2022/XII*

**Assunto: Requerimento ao Governo Regional dos Açores**

Nos termos do n.º 1 e n.º 2 do art.º 182 do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Grupo Parlamentar do PS/Açores entrega à Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e a V. Exa., para efeitos de admissão, perguntas com pedido de resposta escrita dirigidas ao Governo Regional dos Açores.

Horta, 28 de setembro de 2022

Com os melhores cumprimentos

O Presidente do Grupo Parlamentar

Vasco Alves Cordeiro



## REQUERIMENTO

### GOVERNO REGIONAL NÃO ENTREGOU NO PRAZO ESTABELECIDO OS PLANOS DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS!

O Conselho da Prevenção da Corrupção recomenda que os Planos de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações conexas por parte dos órgãos dirigentes máximos das entidades gestoras de dinheiros, valores ou património públicos, seja qual for a sua natureza, seja enviado no prazo de 90 dias.

Numa breve consulta à lista identificativa das entidades do setor público, que até ao presente momento, remeteram ao Conselho de Prevenção da Corrupção, os seus planos, destaca-se que não consta nenhuma das Secretarias Regionais do XIII Governo Regional dos Açores ([https://www.cpc.tcontas.pt/planos\\_prevencao.html#collapse109](https://www.cpc.tcontas.pt/planos_prevencao.html#collapse109))

No caso das Direções Regionais, as que lá estão têm a mesma identificação do que as Direções Regionais dos Governos do Partido Socialista o que leva crer que serão os planos referentes aos Governos anteriores ao atual.

Verifica-se ainda que a própria Inspeção Administrativa Regional, da Transparência e do Combate à Corrupção, não consta dessa lista.

Tal como se pode constatar no site do Tribunal de Contas, e não foi desmentido pelo próprio Secretário Regional das Finanças e Planeamento, no Plenário de setembro, o Governo Regional não enviou os Planos de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas no tempo devido, nem tão pouco promoveu a sua divulgação.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista/Açores solicita a seguinte informação:



- 1 - Porque razão o Governo Regional e entidades tuteladas não remeteram no prazo estabelecido os planos de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas para o Tribunal de Contas?
- 2 - Quais as entidades que elaboraram os referidos planos?
- 3 - Porque razão o Governo Regional não promove a divulgação dos referidos planos em nome de maior transparência na Administração Pública?
- 4 - O Governo Regional considera aceitável que a entidade competente em matéria corrupção (Inspeção Administrativa Regional, da Transparência e do Combate à Corrupção) viole essa orientação do Tribunal de Contas?
- 5 - Quais as consequências para essa violação?

Horta, 28 de setembro de 2022

Os Deputados

Berto Messias

Isabel Teixeira

Tiago Branco

Lubélio Mendonça